



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Política Social e Serviço Social

Sub-eixo: Políticas de trabalho e geração de renda

CONSIDERAÇÕES ACERCA DO NOVO PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO NO PRIMEIRO ANO DO GOVERNO LULA/2023

EDNÉIA ALVES DE OLIVEIRA¹

CLARISSA DOMINGUES PEREIRA²

RESUMO:

Este artigo, resultado de uma pesquisa de iniciação científica, objetiva analisar as políticas de emprego e renda no primeiro ano do governo Lula/2023, com destaque para o PAC. A metodologia utilizada foi a pesquisa documental e os resultados obtidos permitem considerar que não houve alterações substanciais nas condições de vida da classe trabalhadora brasileira até o momento.

Palavras-chave: Políticas de emprego e renda; Governo Lula; PAC 2023.

ABSTRACT:

This article, the result of a scientific initiation research, aims to analyze employment and income policies in the first year of the Lula/2023 government, with emphasis on the PAC. The methodology used was documentary research and the results obtained allow us to consider that there have been no substantial changes in the living conditions of the Brazilian working class to date.

Keywords: Employment and income policies; Lula government; PAC 2023.

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa é fruto de um projeto de iniciação científica realizado entre os anos de 2023 e 2024 e teve como objetivo apresentar a política de emprego e renda implementada no primeiro ano do terceiro mandato do governo Lula, com especial destaque para o Plano de Aceleração do

¹ Universidade Federal de Juiz de Fora

² Universidade Federal de Juiz de Fora



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Crescimento (PAC) lançado no ano de 2023. Trata-se de uma pesquisa descritiva, qualitativa e documental cujos instrumentos de coleta de dados consistiu na análise de documentos de órgãos oficiais e não oficiais, matérias jornalísticas e artigos já publicados referente à temática. É fato que após a pandemia de Covid-19, a economia brasileira vem atravessando um período de baixo crescimento, altos índices de desemprego e informalidade, aumento da pobreza e da extrema pobreza, assim como da fome. Desde os anos de 2013, o país começou a vivenciar um quadro recessivo com aumento da inflação e baixos índices de crescimento, resultando na insatisfação de segmentos do capital e também da classe média brasileira originando o *impeachment* de Dilma Rousseff (Partido dos Trabalhadores- PT) em 2016 e posterior posse de seu vice, Michel Temer (Movimento Democrático Brasileiro- MDB). Logo no início de seu mandato, Temer adotou como medida prioritária o teto de gastos, que ficou conhecido como PEC da morte (Emenda 95), a reforma trabalhista e a Lei de Terceirização, aprofundando o quadro de concentração da renda e exclusão social, o que enfraqueceu as frágeis políticas públicas de saúde, educação, habitação etc.

Essas ações realizadas pelo governo vinham enviesadas por um discurso ideológico de que o Estado brasileiro estaria falido sendo, portanto, necessário avançar no ajuste estrutural e fiscal, conforme recomendam os organismos internacionais como Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (BM). Na eleição seguinte, o PT foi derrotado por Jair Bolsonaro do Partido Liberal (PL) (2019-2022) que avançou na agenda neoliberal por meio de uma campanha “anti Estado”, adotando como uma das primeiras políticas a reforma previdenciária, seguida de outras medidas para geração de emprego e renda envolvendo a economia. Contudo, já em 2020, o governo teve que enfrentar a pandemia da Covid-19, criando políticas para minimizar o impacto econômico das restrições impostas pela Organização Mundial da Saúde (OMS). O Auxílio Emergencial foi uma delas, implementado para diminuir os efeitos da crise; além disso, programas de crédito para pequena e média empresa, antecipação do décimo terceiro, programa de desoneração da folha de pagamento das empresas, entre outros, foram criados para atender à classe trabalhadora brasileira. Segundo Oliveira e Santos (2023), mesmo com as políticas criadas no governo Bolsonaro, a economia não se recuperou, permanecendo os altos índices de desemprego e informalidade, acrescidos do aumento da pobreza e da extrema pobreza, bem como da fome. O saldo negativo de seu governo permitiu a ascensão de Lula, que iniciou seu terceiro mandato em 2023.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

O governo petista possui uma longa história no Brasil, destacando-se seu primeiro mandato (de 2003-2006) e seu segundo (de 2007-2010), ambos com o presidente Lula, e depois com Dilma Rousseff (2011-2016). Durante a gestão do P.T. foram implementadas medidas que viriam a ser marca deste governo, como a criação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado pela primeira vez em 2007 com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico com investimentos em infraestrutura, habitação, saneamento básico, transporte, energia, vinculado à geração de emprego e renda. Os bons resultados do PAC fez com que em 2023 o programa fosse reeditado, vislumbrando uma nova recuperação da economia com os habituais investimentos em infraestrutura para geração de empregos, tornando-se, com outras medidas de geração de emprego e renda, o carro chefe da agenda econômica e política do governo Lula.

2- Desenvolvimento

2.1 Políticas de emprego e renda no Brasil; velhas receitas para velhos dilemas

No Brasil, as políticas de emprego e renda passaram a compor a agenda política dos governos somente nos anos de 1990, especialmente quando assumiu a presidência Fernando Henrique Cardoso (FHC). Para Oliveira e Santos (2023), apesar de possuírem um viés de política pública estatal, continuaram vinculadas às políticas macroeconômicas do “mito” do crescimento econômico, condição histórica para alavancar a oferta de emprego e renda da população. Para tal, os anos de 1990 serão marcados por uma série de iniciativas nesse campo, em que destacamos uma miríade de programas e projetos para possibilitar o aumento das taxas de emprego e fomentar renda para a população de baixa renda.

Dentre as principais medidas adotadas no período, salientamos o Plano Nacional de Formação Profissional (Planfor), o Programa de Geração de Emprego e Renda (PROGER), Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF), Programa de Expansão do Emprego e Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador – PROEMPREGO, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), dentre outras. Data desse mesmo período a revisão de critérios para

pagamento do seguro desemprego, a criação de programas e combate à fome como Fome Zero, Auxílio Gás, Auxílio Leite, Benefício de Prestação Continuada (BPC), etc. Paralelo aos programas criados com o objetivo de possibilitar a inserção de mais trabalhadores no mercado de trabalho, FHC promoveu uma maior flexibilização dos contratos de trabalho, visando gerar novas tipologias contratuais e também diminuir os custos referentes aos gastos dos empregadores com a folha de pagamento dos mesmos (Oliveira e Santos, 2023). Outra mudança que merece destaque são as alterações nas regras para o benefício previdenciário, afetando parte do funcionalismo público e também os trabalhadores da iniciativa privada.

Após 8 anos de governo, FHC deixou a presidência do país com altos índices de desemprego e informalidade, além de uma alta inflacionária. O cenário de crise oriundo das reformas propostas pelo governo FHC demonstraram que o neoliberalismo no Brasil seguia a cartilha dos organismos internacionais e condicionava o país a cumprir uma agenda econômica que inviabiliza a saída do país da condição de nação periférica e subordinada aos ditames do capital internacional (Oliveira, 2017). A imposição de um *superávit* primário, obtido às custas de cortes acentuados nos investimentos sociais, denotou um ajuste fiscal austero e contrário aos interesses da população brasileira.

No Governo Lula, iniciado em 2002, a ênfase foi apostar nas políticas de qualificação e empreendedorismo, sem abdicar das propostas iniciadas por FHC. Exemplos de políticas de emprego do primeiro mandato de Lula foram o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE), o Programa Economia Solidária em Desenvolvimento, em 2005, o Programa de Aprendizagem Profissional, o Cadastro Nacional de Aprendizagem e o Projovem Trabalhador, em 2007. Lula também criou o Programa Bolsa Família (PBF), uma junção dos vários programas assistenciais. Ou seja, manteve a natureza focalizada e residual da política de emprego e renda no país.

Contudo, nos seus dois mandatos, os números do desemprego caíram. Oliveira (2020) informa que em 2010 o número de desempregados era de 5,3%, metade do percentual referente a 2002. A inserção no mercado formal de trabalho, assim como um leve aumento da renda, se deu em parte pelas ações do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) que promoveu obras públicas e privadas permitindo maior quantitativo de pessoas inseridas no mercado de trabalho. Além dessas medidas, ressalta-se a valorização do salário mínimo e ampliação do Benefício de Prestação Continuada (BPC), permitindo renda aos mais pobres, que combinado com o controle sobre os preços da cesta básica, permitiram uma leve redução no quadro de fome e pobreza

extrema no Brasil (Oliveira e Santos, 2023).

Com Dilma Rousseff no governo, as políticas de emprego e renda continuaram a ser implementadas dando ênfase à qualificação e ao empreendedorismo como demonstram a criação do Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo – Procampo, em 2010 e, em 2011, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e para fomentar o empreendedorismo ampliou o crédito para pequenos e médios empreendedores, manteve em funcionamento o Proger etc.. Por outro lado, alterou leis trabalhistas, contratos de trabalho e flexibilizou benefícios trabalhistas com o objetivo de expandir o mercado de trabalho.

Embora as políticas adotadas permitissem a redução do desemprego no governo Lula, elas não conseguiram manter tal redução no governo da presidenta Dilma, revelando aumento do número de desempregados e de informais e também do quadro de desigualdade social no país ampliando a pobreza. Este quadro resultou em um percentual cada vez maior de famílias inseridas no PBF, chegando ao final de 2014 em mais de 18 milhões de famílias brasileiras beneficiadas. Para corroborar com o quadro de crise a inflação subiu, comprometendo a cesta básica das famílias de baixa renda. Os baixos índices de crescimento culminaram no aumento do desemprego e da informalidade, levando a uma insatisfação com o governo da presidenta. Nos meses seguintes, a insatisfação se generalizou, resultando em manifestações contrárias ao governo que, associadas às denúncias de corrupção levaram ao *impeachment* de Dilma e à sua substituição por Michel Temer. Este acelerou as reformas “necessárias”, com destaque para a reforma trabalhista, alterando a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e o congelamento do teto dos gastos por meio da Emenda Constitucional (EC) 95, em 2016. Estas duas medidas foram as evidências da necessidade de recuperação das taxas de lucro de parcelas do grande capital nacional e internacional (Oliveira, 2020).

Para Oreiro e Paula (2019), a economia respondeu positivamente no início do governo Temer. Os motivos para tal recuperação se deram pela política de exportação, liberação de saques do FGTS, abertura comercial e a retomada da onda de privatizações. O desemprego, por sua vez, continuou em alta, afetando 12,3%, em 2018. A informalidade e o desalento também apresentaram índices elevados no referido ano, atingindo em torno de 37% e 4,7 milhões de trabalhadores, respectivamente. Com a chegada de Bolsonaro ao poder em 2019, a intenção era intensificar a agenda neoliberal e recuperar o crescimento econômico e a retomada dos empregos. A aposta da política de emprego, contudo, permaneceu com forte apelo ao



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

empreendedorismo e à qualificação, como sinaliza a criação do Programa Estratégia Nacional de Qualificação para a Produtividade e o Emprego e o Conselho de Desenvolvimento do Capital Humano para a Produtividade e o Emprego, Programa Investe Turismo, Programa Brasil Mais e o Programa de Aprendizagem 4.0 etc..

Durante a pandemia, Bolsonaro adotou algumas medidas para minimizar os efeitos das restrições estabelecidas pela OMS, onde se destaca o Auxílio Emergencial, o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e Renda (BEm), o Programa Emergencial de Acesso ao Crédito (Peac), o Programa Emergencial de Suporte a Empregos (Pese), o Pronampe, programa de crédito do governo federal para microempresas, além do Programa Auxílio Brasil, Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse), Desoneração da folha de pagamentos, Programa de Garantia aos Setores Críticos (PGSC), o Programa de Estímulo ao Crédito (PEC) e o Programa Renda e Oportunidade.

Ao final de 2022, as medidas se mostraram insuficientes, haja vista os altos índices de desemprego, informalidade e pobreza no país. Dados referentes ao aumento da fome se mostraram expressivos. De acordo com os dados da Agência IBGE Notícias (2021a), no primeiro trimestre de 2021 havia 14,8 milhões de desocupados, 85,7 milhões de ocupados (destes 35,0 milhões eram informais), 33,2 milhões de subutilizados (7,0 milhões subocupados por insuficiência de horas) e 6 milhões de desalentados. Com relação à pobreza, dados referentes a 2019 e o início de 2021, mostram que 1,2 milhão de pessoas entraram na extrema pobreza no Brasil, o que equivale a um aumento de 9,0%. Silva, Oliveira e Santos, (2021), asseveram que a fome também passa a ser um dos maiores problemas da população brasileira, afligindo cerca de 50%, ou seja, metade da população brasileira encontra-se em situação de insegurança alimentar, o que significa que não conseguem ao final do dia garantir três refeições diárias como recomendado pela Organização Mundial de Saúde (OMS). É neste cenário que Bolsonaro perde a reeleição e assume o governo novamente Lula da Silva.

2.2 POLÍTICA DE EMPREGO E RENDA NO GOVERNO LULA: CONSIDERAÇÕES ACERCA DO NOVO PAC



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Ao assumir a presidência do governo brasileiro em 2023, Lula da Silva empenhou-se em adotar uma política de recuperação do país, com especial ênfase no combate à fome. Dentre as ações a serem desenvolvidas, estavam a retomada do crescimento econômico para geração de emprego e renda, investimento em setores do agronegócio e da indústria e manutenção do Bolsa Família no valor de 600 reais. Para além das medidas elencadas, Lula manteve algumas das políticas de emprego e renda implementadas nos governos anteriores como o Pronatec, o Primeiro Emprego, a desoneração da folha de pagamentos para os empresários, o crédito aos pequenos e médios empreendedores, Escola do Trabalhador, dentre outras.

Contudo, as medidas supramencionadas eram impraticáveis sem um programa que retomasse o crescimento econômico. Lembrando que a política de emprego e renda sempre esteve subordinada à lógica do crescimento econômico e não a promoção de uma política passiva de emprego. Por política passiva entende-se a ampliação temporal e monetária do seguro desemprego, criação de modalidades de benefícios que contemplem os informais ou desempregados, aposentadorias antecipadas de forma a permitir o ingresso dos mais jovens no mercado formal de trabalho etc.. Pelo contrário, no Brasil a aposta centra-se sobre as políticas ativas, aquelas que geram renda somente para os que estão inseridos no mercado de trabalho, seja ele formal ou informal (Oliveira, 2017). Ou seja, empregos que, na sua maioria, estão vinculados a contratos precários de trabalho e salários mais baixos, evidenciando que a responsabilidade para deixar a condição de pobre ou extremamente pobre compete ao sujeito que vivencia tal situação.³

Portanto, para além de manter as políticas ativas de emprego era necessário criar um ambiente de crescimento que, segundo o governo federal, deveria ser acompanhado pela recriação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Recordemos que em 2006, o PAC tinha como objetivo promover o crescimento econômico pela via do desenvolvimento de obras de infraestrutura e reindustrialização aumentando as taxas de empregabilidade e de renda por via do salário. Portanto, o programa consistia numa série de medidas que visavam a inserção da classe trabalhadora no mercado de trabalho, possibilitando a ampliação do consumo e da renda. Paralelo à outras iniciativas de geração de emprego e renda, o governo conseguiu, ainda que de forma temporária, reduzir as taxas de desemprego e promover índices econômicos favoráveis,

³ Em que pese o pagamento do Bolsa Família a mais de 18 milhões de beneficiários, estes não deixam a condição de pobreza extrema e pobreza, tendo em vista os valores serem muito baixos. Segundo relatório do Banco Mundial de 2022, os valores para medir a pobreza extrema e pobreza em 2021 eram equivalentes a US\$2,15 e US\$6,85 diários, Em reais, os valores são equivalentes a aproximadamente R\$10,00 e a R\$24,00 por pessoa por dia respectivamente.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

dando-nos a ideia de uma receita de longevidade e de alternativas duradouras para a situação de atraso e desigualdade social que sempre assolaram a classe trabalhadora brasileira.

Segundo o DIEESE (2023, p. 7) as principais ações realizadas no PAC 1 foram:

a) aplicação de R\$ 43 bilhões em atividades de construção e manutenção de rodovias, duplicação, sinalização e outras; b) acréscimo de 909 km de trilhos à malha ferroviária existente; c) em relação aos portos, dragagem/derrocamento de 34,33 mil m³, construção/ampliação de 453,8 metros de berços e 5,99 quilômetros de acessos terrestres; d) acréscimo de 10,85 GW à rede de geração e 9,14 mil quilômetros de linhas de transmissão de energia elétrica; e) no setor de petróleo e gás, aumento de 100% das reservas de petróleo, ampliação na capacidade de refino em 6 mil barris/dia, produção de 2,26 milhões de barris de óleo por dia, entre outras; e f) na marinha mercante, conclusão de 107 embarcações e concessão de R\$ 17 bilhões em financiamentos pelo Fundo da Marinha Mercante (FMM). (DIEESE, 2023, p. 7)

Devido ao "sucesso do PAC 1", foi lançado em seu segundo governo, em 2010, o PAC 2 priorizando seis áreas de investimentos como o "Minha casa, Minha vida", Cidade Melhor, Comunidade Cidadã, "Água e Luz para Todos", Transportes e Energia etc.. Nesse sentido, o PAC 1 e o PAC 2 se configuraram como uma ferramenta de desenvolvimento com a roupagem do Estado enquanto planejador e gestor da economia, que está pautado em promover "modernização", segundo Roncaglia e Romero (2021). Entretanto, o PAC desde seu início foi permeado por diversas contradições, por exemplo em 2009, as obras foram paralisadas devido a irregularidades. Segundo o jornal O Globo (2011), menos de 10% das obras do PAC foram concluídas, 28% estavam em andamento e aproximadamente 62% delas não saíram do papel.

Além disso, os empregos gerados pelo PAC 1 e 2 foram terceirizados por empresas pautadas na flexibilização e exploração da força de trabalho, como foi o caso da revolta dos trabalhadores da Usina Hidrelétrica de Jirau, no estado de Rondônia. Segundo o site Vermelho (2011) 22 mil trabalhadores se voltaram contra as péssimas condições de trabalho que empresas como Camargo Corrêa, Suez e Eletro estavam submetendo os mesmos. Para 2023, o "novo" Pac apresenta-se como a solução para os problemas brasileiros e tem como foco central a industrialização ou reindustrialização do Brasil por meio de investimentos públicos e privados. Considerando a característica da economia brasileira, o histórico do país é permeado pela desindustrialização precoce. A debilidade do setor industrial brasileiro está diretamente ligada a medidas para servir os países centrais, como a abertura comercial sem proteção, a exportação de bens primários, política cambial de desvalorização da moeda nacional e dependência tecnológica. Ou seja, no final, o PAC beneficiará os setores vinculados ao capital privado e internacional, promovendo maior concentração de renda e não a redistribuição da mesma.

Outro ponto relevante e novo serão os investimentos no complexo Industrial Militar que contará com 100% de recurso público, correspondendo a cinco vezes mais que os investimentos do complexo Industrial de Saúde. Como destaca a professora Joana Salém (2023), em um debate sobre o novo PAC, os investimentos na área militar fazem parte de uma estratégia política do governo para apaziguar a situação tensa entre os militares, resultante da relação entre as forças armadas e o governo Bolsonaro e a tentativa de tomada do poder central com os atos de 08 de janeiro de 2023 em Brasília com a participação de policiais e militares. Outro fator a ser considerado segundo Joana Salém (2023) é a estreita relação entre o PAC 2023 com os PACs anteriores, pois prevê a recuperação das obras paralisadas, dando ao programa uma característica de “remendos” como “uma colcha de retalhos”, juntando ou resolvendo os problemas que já haviam.

Outra novidade do atual PAC em relação aos anteriores é a transição energética e o desenvolvimento ambiental sustentável. Porém, é mister destacar a contradição presente nesta lógica, pois ao mesmo tempo em que o governo menciona a necessidade de um desenvolvimento sustentável não faz referência em nenhum momento no programa a promoção da questão agrária, considerada como uma das soluções para o problema ecológico do país e também para a produção de alimentos para abastecimento interno. Pelo contrário, percebe-se a manutenção do compromisso com o agronegócio cujos repasses definidos no Plano Safra em 2023 foram de R\$364,22 bilhões, enquanto para a agricultura familiar os valores ficaram em torno de R\$77 bilhões (Agência Brasil, 2023). A ênfase no agronegócio em detrimento de uma política de incentivo ao pequeno agricultor ou a promoção da reforma agrária reforça a produção de *commodities* para exportação, determinando a posição do Brasil como país subordinado aos interesses econômicos dos países centrais. Como expressa Roncaglia e Barbosa (2021, p.30) “as restrições enfrentadas por países periféricos, porém, impõem condições particularmente adversas ao desenvolvimento.”

Contudo, a defesa do desenvolvimento sustentável pautado na “descarbonização” continua pautado como bandeira do governo federal que aposta na promoção e geração dos “empregos verdes” que de acordo com o DIEESE (2023)

Segundo a OIT (2009), o conceito de emprego verde resume a transformação das economias, das empresas, dos ambientes de trabalho e dos mercados laborais em direção a uma economia sustentável que proporcione um trabalho decente com baixo consumo de carbono”¹. Ao longo dos anos o conceito veio sendo capturado por interesses exclusivamente econômicos, em detrimento de seu foco social e ambiental (DIEESE, 2023, p.5).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Porém, em uma pesquisa da PNAD (2022) constata-se que entre 2019 e 2021 existem mais trabalhadores com empregos flexibilizados inseridos nesse conceito de “empregos verdes” do que no conjunto do país. São assalariados do setor privado submetidos a péssimas condições de trabalho e exploração da força de trabalho em prol de lucros exorbitantes para as empresas. O PAC promete a geração de empregos, mas se coloca em uma contradição pela péssima qualidade dos postos de trabalho sob a lógica de produção adocedora como aconteceu em Jirau, citado anteriormente

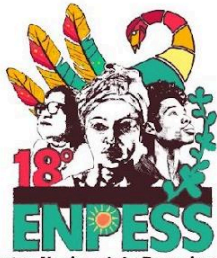
Ademais, a intensificação do que Gudynas (2018) classifica como “ novo extrativismo progressista” é uma prática que está sendo difundida pelo novo PAC e que se apresenta como mais uma contradição do programa. Essa questão se contradiz com o “desenvolvimento sustentável” com o qual o governo federal e o novo PAC dizem se comprometer. O novo extrativismo progressista se diferencia do extrativismo tradicional, pois este significa a exploração de recursos naturais mas sem a presença do Estado, causando os impactos ambientais e sociais. Já em relação ao novo extrativismo progressista, este possui o Estado como principal planejador e interventor, o que não isenta dos problemas ambientais do extrativismo tradicional. Nos últimos anos, o novo extrativismo progressista vem sendo prática comumente adotada pelos governos progressistas da América Latina, sobretudo como ferramenta para conciliar conflitos sociais por parte de grupos ligados a determinados segmentos sociais. Para Eduardo Gudynas (2018, p.312), no neoextrativismo, o Estado capta uma proporção maior do excedente; parte deste se destina aos planos sociais que geram uma legitimação, tanto para os governos quanto para os empreendimentos extrativistas, e isto contribui para apaziguar as demandas sociais locais.

A perspectiva de Gudynas (2018) traz as exatas características do processo que ocorre no Brasil. Nesse sentido, podemos concluir que o governo Lula usa a estratégia do novo extrativismo legitimado pelas políticas sociais focalizadas, bem como do discurso da promoção de um desenvolvimento sustentável e com geração de “empregos verdes” ou ainda da retomada de investimentos em obras inacabadas dos PACs anteriores para retomar o crescimento econômico e recuperar os empregos perdidos. Ademais, o novo PAC, não tem quase nada de “novo”, pois está pautado na exploração dos recursos naturais, principalmente a mineração predatória e petrolífera, além do extrativismo agrícola em que a matéria-prima brasileira é entregue aos mercados mundiais. Por consequência, o impacto ambiental e social em prol de um desenvolvimento ilusório recaí sobre a classe trabalhadora brasileira, especialmente as tensões territoriais como poluição, racismo ambiental, expropriação para dar espaço para empresas

privadas estrangeiras que gozam e lucram bilhões de dólares. Enquanto isso, o Estado libera tais empresas de isenções tributárias, ao mesmo tempo que promove um ajuste fiscal com a manutenção do teto dos gastos, arrocho salarial e políticas de emprego e renda subordinada aos ditames do mercado, pois prioriza o crescimento econômico e não o desenvolvimento social.

Dados sobre o desemprego e a renda nos permitem comprovar que passado mais de um ano do terceiro governo Lula apontam que o PAC 3 não vem produzindo efeitos como no passado. Segundo publicação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), extraídos da Pesquisa Nacional por Amostra em Domicílio Contínua (PNAD-C) (2024), o desemprego apresentou percentuais no primeiro trimestre de 2024 de 7,9%, menor em 0,9% na comparação com o primeiro trimestre de 2023 quando apresentou um percentual de 8,8%. Apesar da redução, ainda não estamos nos patamares do início do PAC 1 quando as taxas ficaram em torno de 5%. Para Konchinski do Jornal Brasil de Fato (2024), o número de informais não sofreu alterações neste período, recuando apenas 0,1%, revelando um percentual elevado de 39%. O significativo quadro de informalidade demonstra um mercado instável, precário e sem acesso a políticas trabalhistas. Embora os dados da informalidade permaneçam altos, relatório da ONU aponta uma queda expressiva dos quadros de insegurança alimentar no Brasil. Conforme Relatório das Nações Unidas sobre o Estado da Insegurança Alimentar Mundial e publicado no *site* Agência Gov (2024), houve redução de 85% da fome no país. Ou seja, em 2023, 14,7 milhões saíram do quadro de insegurança alimentar no país. Embora os dados acima denotem um dado positivo com relação à fome, é importante salientar que a diferença entre salário mínimo nominal e salário mínimo necessário, divulgado historicamente pelo Dieese (2024), demonstra que a renda do brasileiro ainda é muito aquém das necessidades reais de sobrevivência. Como ilustrativo, em maio de 2023, o salário mínimo nominal era de R\$1.3120,00, enquanto o salário mínimo necessário deveria ser de R\$6.652,09. Para maio de 2024 era de R\$1.412,00 e R\$6.912,00 respectivamente. Ou seja, acredita-se que embora a fome possa estar sendo suprida, o acesso ao consumo de determinados produtos permanece inacessível à população brasileira. tais fatos demonstram que as medidas do PAC 3 ainda não surtiram os efeitos de reversão da histórica desigualdade social e pobreza no país, que mantém-se como um dos pontos mais emblemáticos de alta concentração de renda numa sociedade marcada pelo capitalismo.

3. Considerações finais



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Diante do exposto podemos considerar que o terceiro mandato do governo Lula de 2023 segue com os mesmos planos e estratégias do passado, perpetuando os mesmos erros e acertos. O discurso do “desenvolvimento” e do “progresso”, se alinha à exploração dos recursos naturais, confirmando a posição subalterna do Brasil diante dos mercados globais. Por consequência, ganhando a legitimação popular através de políticas focalizadas e insuficientes para a reprodução da classe trabalhadora, ao invés de investir em políticas passivas de emprego, possibilitando a geração de renda aos informais e desempregados. pelo contrário, mantém a política de “combate à fome”, com valores insuficientes para a reprodução física da classe trabalhadora brasileira, investe em políticas ativas, priorizando o crescimento do país pela via da reindustrialização ou do favorecimento do agronegócio, configurando-se como uma prática que reforça a histórica desigualdade social e econômica do país e culpabiliza os sujeitos pela sua condição de pauperização. Ao final, podemos concluir que as medidas adotadas pelo PAC 2023 são políticas que beneficiam o capital, recuperando suas taxas de lucro, evidenciando o despotismo do capital.

Referências bibliográficas

AGÊNCIA BRASIL. **Governo lança Plano Safra de R\$ 364,22 bilhões para agronegócio.**

27/03/2023. Brasília. Disponível em:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2023-06/governo-lanca-plano-safra-de-r-36422-bilhoes-para-agronegocio> Acesso em: 17. fev.2024.

AGÊNCIA GOV: **14,7 milhões de pessoas deixaram de passar fome no Brasil no ano passado, diz relatório SOFI.** Agência Gov. 24. jul. 2024. Disponível em:

<https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202407/mapa-da-fome-da-onu-inseguranca-alimentar-severa-cai-85-no-brasil-em-2023-1> >Acesso em: 28. jul. 2024

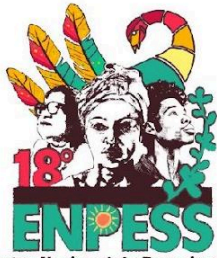
CASA CIVIL. **Conheça o novo PAC.** Brasília. 2023. Disponível em:

<https://www.gov.br/casacivil/pt-br/novopac/conheca-o-plano> > Acesso em: 2. fev. 2024

DIEESE. **Nota técnica: Novo Plano de Aceleração do Crescimento (PAC): A retomada dos investimentos e os possíveis impactos para o desenvolvimento brasileiro.** 13/09/2023.

Disponível em:

<https://www.dieese.org.br/notatecnica/2023/notaTec276NovoPAC.html#:~:text=Programa%20de%20Acelera%C3%A7%C3%A3o%20do%20Crescimento,lan%C3%A7ado%20recentemente%20pel>



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

o%20governo%20federal.&text=ser%C3%A3o%20foco%20de%20investimentos%20no%20novo
%20PAC.&text=R%24%201%2C7%20trilh%C3%A3o%2C,anos%20de%202023%20a%202026. >
Acesso em 04 fev.2024.

DIEESE. **Empregos Verdes e sustentáveis no Brasil**. DIEESE, São Paulo, 2022. Disponível
em:

<https://www.dieese.org.br/outraspublicacoes/2022/empregosVerdesSustentaveisBrasil092022/index.html?page=3> > Acesso em 04 fev.2024

DIEESE. **Salário Mínimo Nominal e Necessário**. DIEESE. Disponível em:
<https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html> Acesso em: 27 jul. 2024

GUDYNAS, Eduardo. **O novo extrativismo progressista na América do Sul: teses sobre um
velho problema sob novas expressões**. Traduzido por Leonardo Milani *Enfrentando os limites
do crescimento*, 2012. p.303-318.

https://www.researchgate.net/publication/326671300_O_novo_extrativismo_progressista_na_America_do_Sul_teses_sobre_um_velho_problema_sob_novas_expressoes >

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, por PNAD Contínua. **Taxa de desemprego
fica em 7,9%; índice é o menor em 10 anos**. Agência Brasil. 2024. Brasília, 17 mai. 2024.

Disponível em:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2024-05/taxa-de-desemprego-fica-em-79-indice-e-o-menor-em-10-anos> Acesso em: 30 jul.2024

O GLOBO, **Menos de 10% das obras do PAC foram concluídas, diz ONG Contas Abertas**.

Atualizado em 10.nov.2011 Disponível em:

<https://oglobo.globo.com/economia/menos-de-10-das-obras-do-pac-foram-concluidas-diz-ong-contas-abertas-3126139> > Acesso em 04.fev.2024

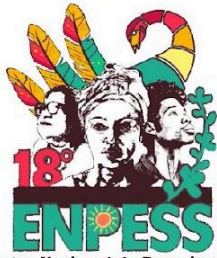
OLIVEIRA, Edneia Alves de; SANTOS, Monalisa Aparecida. Políticas de emprego e renda do
governo Bolsonaro na pandemia: mãe hostil dos filhos do Brasil. **Revista Libertas**, v. 23, n. 2, p.
499-520, jul./dez. 2023.

RONCAGLIA, André. BARBOSA, Nelson. (orgs). **Bidenomics nos trópicos**. Editora: FVG, 2021.
v.1, n. 1, p.19-85, Rio de Janeiro, 2021.

VERMELHO, **RO: revolta dos trabalhadores de Jirau reflete superexploração**, 2011.

Disponível em:

<https://vermelho.org.br/2011/03/30/ro-revolta-dos-trabalhadores-de-jirau-reflete-superexploracao/>
Acesso em 04. fev. 2024.

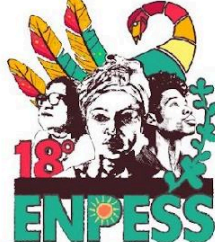


Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

KONCHINSKI, Vini. **Reforma trabalhista impede redução da informalidade mesmo com melhora na economia.** Jornal Brasil de Fato, Curitiba (PR), 01. mai. 2024. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/05/01/reforma-trabalhista-impede-reducao-da-informalidade-mesmo-com-melhora-na-economia> Acesso em: 26, jul. 2024.



**Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social**

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

**Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social**